

Trabalho apresentado no 21º CBCENF

Título: ABORTO CLANDESTINO: UM PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA
Relatoria: GRACIELA GOMES CAVALCANTE
Autores: Wendy Larissa Costa da Silva
Maria do Perpétuo Socorro Dionízio Carvalho da S
Modalidade: Pôster
Área: Políticas Públicas, Educação e Gestão
Tipo: Pesquisa
Resumo:

Introdução: A busca por direitos das mulheres vem de muito tempo atrás, no Brasil há uma falha no acesso aos serviços e ações de saúde de qualidade, mesmo após a efetivação de políticas públicas que introduziram a saúde sexual e reprodutiva das mulheres. Circunstâncias estas que podem estar contribuindo continuamente ao alto índice de aborto clandestino, pois muitas mulheres se sentem desprotegidas e sem acesso ao seu direito à saúde. No Brasil por ser o aborto ilegal, muitas mulheres o realizam através de práticas clandestinas perigosas, especialmente mulheres com baixo poder aquisitivo, baixa escolaridade e negras. O que vem se tornando um grande problema de saúde pública pelo alto índice de mortalidade dessas mulheres. **Objetivo:** Esse estudo tem como objetivo discutir o aborto clandestino e suas implicações na mortalidade materna. **Metodologia:** A pesquisa se deu a partir de uma revisão da literatura no período de 2010 a 2013, nas bases de dados MedLine, LILACS e SciELO, usando-se como parâmetro os termos: “Aborto clandestino”, “Saúde pública” e “Mortalidade materna”. **Resultados e Discussões:** Observou-se que 1.054.242 abortos induzidos foram realizados em 2005, esses dados são coletados pelo número de internação por abortamento nos hospitais do SUS, com maior prevalência no nordeste e sudeste do Brasil. Conforme o Ministério da Saúde em cerca de 10% das gestações ocorre o aborto estimulado por diversos fatores, consequência da falta de planejamento reprodutivo e pela deficiência de informações dos métodos anticoncepcionais e brechas em seu uso ou carência de acompanhamento pelos serviços de saúde pública. Mundialmente 15% dos casos de mortalidade materna são causadas pelo aborto realizado de forma insegura. A mortalidade materna é examinada como um indicativo de qualidade da atenção à saúde e os altos índices no Brasil mostram a carência de melhorias nesta área. O que exige uma atitude política, educacional e legislativa para garantir os direitos e necessidades dessas mulheres. **Considerações finais:** é necessário que aconteça uma melhoria no sistema de saúde reprodutiva, já que mortalidade materna por meio do aborto clandestino atinge principalmente mulheres com pouco acesso aos serviços de saúde. Essa realidade requer uma assistência melhor à programas que combatem a gravidez indesejada, serviços com base no planejamento familiar, expansão do tratamento das complicações consequentes do aborto clandestino e procedimentos abortivos seguros.